



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### ACTA N.º 53/X/4.ª

Aos dezasseis dias do mês de Setembro do ano dois mil e oito reuniu, pelas quinze horas, na sala dois, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação das Actas n.ºs 47, 48, 49, 50 e 51;
2. Apreciação e votação dos Relatórios referentes às audições efectuadas com diversas entidades no âmbito da discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 209/X (GOV), que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;
3. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 500/X/3.ª e nomeação de relator (PS);
4. Apreciação e votação da Informação relativa ao Projecto de Lei n.º 183/X (Iniciativa Legislativa de Cidadãos);
5. Nomeação de relator (PS) para o Projecto de Lei n.º 577/X (PCP), que estabelece a adopção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado;
6. Marcação de nova data para a iniciativa "O Dia do Idoso" a realizar na Assembleia da República com o apoio das duas Centrais Sindicais;
7. Agendamento da audição com os membros da Comissão de Acompanhamento do Rendimento Social de Inserção, conforme requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, aprovado na reunião de 09 de Setembro;
8. Apreciação do despacho da Senhora Secretária Geral, Conselheira Adelina Sá Carvalho, sobre a associação da 11.ª Comissão à iniciativa "Fórum Europeu sobre Crianças de Rua" a realizar nos dias 6 e 7 de Outubro de 2008 no Auditório do Edifício Novo;
9. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP para a realização de audição parlamentar ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças;
10. Outros Assuntos:
  - Apreciação de convites;
  - Proposta de calendário das audições ordinárias dos membros do Governo nos termos do n.º2 do art.º 104.º do RAR;
  - Apreciação de pedidos de audiência da CONFAP e do Sindicato Nacional dos Psicólogos.



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Arménio Santos (PSD), iniciou a reunião submetendo a votação as actas números quarenta e sete, quarenta e oito, quarenta e nove, cinquenta e cinquenta e um, as quais foram aprovadas por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, foram apreciados os relatórios das audições realizadas no âmbito da discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 209/X (GOV), que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, com as seguintes entidades: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL); Federação Portuguesa dos Profissionais da Educação, Ensino, Cultura e Investigação (FEPECI); União Geral de Trabalhadores (UGT) e Frente Sindical da Administração Pública (FESAP); CGTP-IN e Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP); Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores; e Federação Nacional do Ensino e Investigação (FENEI).

No ponto três da Ordem de Trabalhos foi admitida por unanimidade a Petição n.º 500/X/3ª, tendo sido designada relatora a Senhora Deputada Teresa Moraes Sarmiento (PS).

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Vice-Presidente apresentou a Informação relativa ao Projecto de Lei n.º 183/X (Iniciativa Legislativa dos Cidadãos) e colocou à consideração da Comissão as conclusões nela expressas, que preconizam que a 11ª Comissão deve solicitar a S. Exa. o Presidente da Assembleia da República a remessa da iniciativa à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações para que possa ser apreciada e votada na especialidade em conjunto com a Proposta de Lei n.º 116/X.

O Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) solicitou a palavra para referir que o Grupo de Trabalho não tem de momento actividade calendarizada, pelo que questiona se não será prematura esta decisão. O Senhor Vice-Presidente aproveitou para referir, que a razão porque os trabalhos não tinham continuado prendia-se com a elaboração pela Ordem dos Arquitectos e pela Ordem dos Engenheiros de um Parecer conjunto sobre a revisão do Decreto n.º 73/73, o que só foi enviado ao Grupo de Trabalho, no início de Setembro, e que já foi distribuído aos Senhores Deputados.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) solicitou a palavra para começar por saudar os restantes Deputados no início da 4ª Sessão Legislativa e expressar a sua



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

elevada consideração pelo trabalho desenvolvido à frente da Comissão pelo Presidente cessante da Comissão, o Senhor Deputado Vítor Ramalho (PS). Em relação ao assunto em causa deu conta da sua concordância em relação à remessa do Projecto de Lei n.º 183/X à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e lembrou que esta questão foi tratada ao nível do Grupo de Trabalho e foi entendimento de todos que esta seria a melhor solução.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) concordou com o referido pelo Senhor Deputado do CDS-PP e lembrou que os Senhores Deputados, membros do Grupo de Trabalho, sempre pautaram a sua intervenção neste processo legislativo pela imensa consideração pela primeira iniciativa dos cidadãos e para atingirem uma solução que dignificasse esse projecto. A solução da remessa para a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações foi entendida por todos como a melhor, tendo em atenção que assim poder-se-ia apresentar um texto único que substitua tanto o Projecto de Lei como a Proposta de Lei em causa. O Senhor Vice-Presidente colocou então a votação o conteúdo e conclusões da Informação, o que foi aprovado por unanimidade.

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que o PS indicará o Deputado responsável pelo Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º577/X (PCP) em momento posterior.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Vice-Presidente fez uma exposição inicial sobre a evolução da situação e os diversos trâmites, referindo a manifesta impossibilidade de concretizar a realização do “Dia do Idoso” no dia um de Outubro de 2008. Pelo que, sugeriu que o evento se realizasse na primeira quinzena de Novembro.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que lamenta que não tenha sido possível realizar o evento nesta data, mas considera que uma nova data nunca deverá ser pensada antes da segunda quinzena de Novembro, atendendo à discussão da revisão do Código do Trabalho. O Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) concordou com o exposto pela Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) e sublinhou a importância deste evento. Do mesmo modo, sugeriu que deviam ser ouvidas as estruturas associativas relacionadas com a 3ª idade para em conjunto se encontrar uma nova data tão consensual quanto possível.



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Deputado Francisco Lopes (PCP) concordou que não seria viável a realização deste evento antes da segunda quinzena de Novembro e concordou que se pode e deve contactar as associações referidas, no sentido de encontrar uma nova data, mas recorda que existia uma simbologia subjacente ao um de Outubro e questiona se não seria de adiar para o próximo ano ou para o outro, dependendo do calendário eleitoral.

O Senhor Vice-Presidente referiu que os serviços contactariam as associações envolvidas sobre este assunto e tentariam acordar uma data (posterior a quinze de Novembro), a qual será transmitida à Exma. Senhora Secretária-Geral da Assembleia da República e ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República.

No ponto sete da Ordem de Trabalho, o Senhor Vice-Presidente colocou à consideração da Comissão o agendamento da audição do Presidente da Comissão de Acompanhamento do Rendimento Social de Inserção, em sequência de requerimento apresentado pelo CDS-PP e aprovado por unanimidade na reunião anterior.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) sugeriu que se realizasse na próxima semana ou na seguinte, de preferência numa terça-feira após a reunião da Comissão. A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) sugeriu que esta audição poderia ocorrer depois de dia quinze de Outubro, fazendo alusão à realização de um conjunto de audições relacionadas com a revisão do Código do Trabalho e a consequente discussão e votação na especialidade.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) sugeriu que se realizasse ainda antes do Código do Trabalho e, atendendo à actualidade do tema, o ideal seria a marcação na próxima semana. Aproveitou ainda, a propósito da revisão do Código do Trabalho, para solicitar que na próxima reunião da Comissão fosse debatido o calendário do processo legislativo na especialidade desse diploma. A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) concordou com o exposto. O Senhor Vice-Presidente referiu que ia diligenciar no sentido de que o Presidente da Comissão pudesse vir no próximo dia 23 de Setembro (terça-feira) após a reunião da Comissão. Se tal não se revelar possível então tentar-se-á acordar uma nova data.



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No ponto oito da Ordem de Trabalhos colocou-se à consideração dos Senhores Deputados a associação ou não da Comissão ao "Fórum Europeu sobre Crianças de Rua", organizado pelo Instituto de Apoio à Criança.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que o Instituto de Apoio à Criança merece toda a estima pelo trabalho desenvolvido e que a Comissão se devia associar, até pela relevância do tema em questão. O Senhor Deputado Pedro Quartim Graça (PSD) referiu que o Grupo Parlamentar do PSD concorda com a associação da Comissão a esta iniciativa. Os restantes Grupos Parlamentares também demonstraram a sua concordância com a associação da 11ª Comissão a esta iniciativa. O Senhor Vice-Presidente concluiu então que a Comissão havia deliberado, por unanimidade, associar-se a esta iniciativa, mas atendendo a que a matéria em causa é também da competência da 12ª Comissão, solicitou aos serviços que diligenciassem no sentido de saber da posição da 12ª Comissão sobre este assunto.

No que concerne ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Vice-Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) para apresentação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP sobre a audição do Sr. Ministro de Estado e das Finanças. O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) referiu que subjacente ao requerimento, encontram-se as preocupações suscitadas pela Circular conjunta n.º 1/DGAEP/DGO/2008, que tem possíveis implicações na possibilidade de gozo da licença de maternidade por funcionárias públicas e, em especial, professoras.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que tem acompanhado o evoluir da situação e que solicitou já esclarecimentos ao Governo. Na esperança que tenha em sua posse novos dados sobre a questão, solicitou à Comissão que este requerimento fosse votado na próxima reunião. O Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) referiu que a confirmar-se estas situações, tal entra em contradição com a política proclamada pelo Governo de apoio à maternidade. Pelo que o PSD irá apoiar este requerimento, salvo se forem dadas explicações convincentes sobre a Circular conjunta.

O Senhor Deputado Francisco Lopes (PCP) referiu que concorda com o adiamento da votação, embora duvide que sejam apresentados novos dados que alterem a percepção que se retira da leitura da Circular. Acrescentou ainda que matéria em si é muito grave e



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

que o PCP considera que se justifica a audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) concordou com o adiamento da votação, mas duvida que os novos dados que possam surgir esclareçam de tal forma a situação, que deixe de fazer sentido a audição do Senhor Ministro, até porque existem outras situações que importavam ser esclarecidas.

O Senhor Vice-Presidente sintetizou a questão, referindo que se adiava a votação para a próxima reunião. De seguida, passou para o último ponto da Ordem de Trabalhos, onde prestou esclarecimentos sobre os convites recebidos pela Comissão e apresentou a proposta de calendarização das audições ordinárias dos membros do Governo, nos termos do artigo 104º, n.º 2 do Regimento da Assembleia da República.

Por último, o Senhor Vice-Presidente, Deputado Arménio Santos (PSD), deu conta à Comissão que a CGTP enviou a “Política reivindicativa para 2009” e que solicitou uma audiência para a vir apresentar. Sobre esta matéria o Senhor Deputado Francisco Lopes (PCP) referiu que seria de todo o interesse que a audiência se realizasse na próxima semana. O Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) sugeriu a marcação no dia 23 de Setembro, pelas 14h, imediatamente antes da reunião da Comissão. A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que o PS concorda com a marcação da audiência e com a hora proposta. O Senhor Vice-Presidente concluiu referindo a importância dos Senhores Deputados estarem presentes e sugeriu que fosse marcada, ao invés, para as 14h15 no referido dia, o que mereceu o assentimento de todos.

No que concerne à solicitação da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) para ser recebida pela Comissão, o Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) sugeriu que a audiência se realizasse no âmbito da discussão na especialidade da revisão do Código do Trabalho. Esta proposta mereceu a concordância de toda a Comissão, que deliberou por unanimidade em conformidade.

No que concerne à audiência requerida pelo Sindicato Nacional dos Psicólogos, o Senhor Vice-Presidente sugeriu que atendendo à matéria em causa, deveriam ser recebidos pelo Grupo de Trabalho dos Psicólogos. A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) esclareceu que o Grupo cessou as suas funções com a aprovação do diploma, no entanto,



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

pode a título informal reunir-se para receber este Sindicato em data a acordar entre os membros que pertenciam ao Grupo de Trabalho.

Antes do fim da reunião, o Senhor Deputado Francisco Lopes (PCP) solicitou a palavra para aludir à apreciação pública do Código do Trabalho, que embora tenha decorrido no período tradicional de férias da maior parte dos Portugueses, mereceu uma participação expressiva dos trabalhadores, que enviaram um conjunto de pareceres à 11ª Comissão, que deveriam ser distribuídos aos Senhores Deputados antes do debate e votação do diploma na generalidade, se possível em formato digital. Referiu ainda que só desta forma se pode valorizar a participação dos cidadãos na vida política.

O Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) apoiou esta proposta e sugeriu a digitalização dos pareceres, que não estivessem em suporte informático, a fim de ser organizado um CD com todos os pareceres. A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que era importante que fosse enviada uma cópia dos pareceres recebidos, pelo menos, a todos os Grupos Parlamentares.

O Senhor Vice-Presidente referiu que os serviços ficariam encarregues de fazer chegar os pareceres a todos os Coordenadores dos Grupos Parlamentares com assento na Comissão, o quanto antes. O Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) pediu a palavra para referir que futuramente seria desejável solicitar que os contributos em sede de apreciação pública fossem obrigatoriamente remetidos em formato digital. No entanto, esta sugestão mereceu a discordância generalizada da Comissão, que entende que ainda não estão criadas as condições para que todos possam aceder às novas tecnologias e não pode ser limitado ou dificultado o direito de participação dos cidadãos na apreciação pública dos diplomas.

A reunião foi encerrada às dezasseis horas e vinte minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de Setembro de 2008.

**O VICE-PRESIDENTE,**

**Arménio Santos**



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Arménio Santos  
Costa Amorim  
Custódia Fernandes  
Esmeralda Salero Ramires  
Fernando Antunes  
Francisco Lopes  
Isabel Coutinho  
Isabel Santos  
Maria Cidália Faustino  
Maria José Gamboa  
Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Miguel Queiroz  
Miguel Santos  
Pedro Mota Soares  
Pedro Quartim Graça  
Ana Manso  
Teresa Moraes Sarmento

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Strecht